



**NEOLIBERALISMO: EFEITOS NEGATIVOS NA EDUCAÇÃO NO BRASIL  
E EM MOÇAMBIQUE**

**NEOLIBERALISMO: EFECTOS NEGATIVOS SOBRE LA EDUCACIÓN EN  
BRASIL Y MOZAMBIQUE**

**NEOLIBERALISM: NEGATIVE EFFECTS ON EDUCATION IN BRAZIL  
AND MOZAMBIQUE**

Luiz Roberto Zanotti<sup>1</sup>

Pós-Graduação Internacional Brasil/Angola/Moçambique/Argentina – UNESPAR

Neonildo Pente<sup>2</sup>

Pós-Graduação Internacional Brasil/Angola/Moçambique/Argentina - UNESPAR

**Resumo**

A situação da educação no Brasil e Moçambique é bastante peculiar pois apesar dos dois governos se declararem com matizes socialistas de esquerda, na prática, como quase a maioria dos países “*worldwide*” se encontram numa rota neoliberal. Assim, o primeiro desafio que nos defrontamos a escrever este brevíssimo ensaio é a definição do que significa o neoliberalismo e como o mesmo define os caminhos da Educação no Brasil, e mais especificamente Curitiba e Moçambique.

**Palavras-chave:** Neoliberalismo, Privatização, Educação, Estado.

**Resumen**

La situación de la educación en Brasil y Mozambique es bastante peculiar porque si bien los dos gobiernos se declaran con matices socialistas de izquierda, en la práctica, como casi la mayoría de los países del mundo, están en un camino neoliberal. Por lo tanto, el primer desafío que enfrentamos al escribir este brevísimo ensayo es la definición de lo que significa el neoliberalismo y cómo define los caminos de la Educación en Brasil, y más específicamente en Curitiba y Mozambique.

<sup>1</sup>Doutor em linguística pela UFPR. Membro do grupo de intermedialidade pela UFMG. Brasil.

<sup>2</sup>Educador. Discente da Pós-Graduação Lato Sensu (Especialização) Internacional em Conhecimentos e Associações entre Angola, Argentina, Brasil e Moçambique. Universidade Licungo. Moçambique.

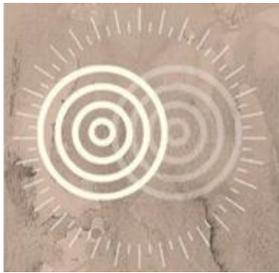


**Palabras clave:** neoliberalismo, privatización, enseñanza, estado.

**Abstract**

The state of education in Brazil and Mozambique is quite peculiar, as both governments identify with leftist socialist ideals, yet in practice, like the majority of countries worldwide, they follow a neoliberal path. Thus, the first challenge we face in writing this brief essay is defining what neoliberalism means and how it shapes the course of education in Brazil—more specifically in Curitiba—and in Mozambique.

**Keywords:** Neoliberalism, Privatization, Education, State.



## 1. Introdução

O nascimento da política neoliberal pode ser definida a partir de “O Consenso de Washington”. Este consenso foi um conjunto de medidas econômicas concebidas no final da década de 1980 e destinadas aos países emergentes da América Latina, mas que como veremos no decorrer deste artigo, acabou se tornando um modelo ocidental a partir de suas implementações nos governos Ronald Regan e Margaret Thatcher. Essas medidas tinham como objetivo conter a crise do endividamento externo e da hiperinflação em curso nesses países por meio da disciplina fiscal, do reordenamento dos gastos públicos e da maior abertura econômica.

A denominação de Consenso de Washington foi atribuída pelo economista inglês John Williamson (1937-2021) com base nos ideais do Banco Mundial, do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Departamento do Tesouro dos Estados Unidos, todos com sede na cidade de Washington, D.C., para solucionar os problemas econômicos latino-americanos.

O neoliberalismo constitui, muito além de uma doutrina econômica ou ideologia, uma nova racionalidade de mundo, que estrutura e organiza tanto as ações dos governantes como a própria conduta dos governados. Ele não é uma simples continuidade do liberalismo clássico do século XVIII, do mesmo modo que não é seu extravio nem sua negação, e, por outro lado, para problematizá-lo a partir de suas vertentes e disputas internas, mostrando como ele passou de uma doutrina econômica para um “sistema normativo que ampliou sua influência ao mundo inteiro, estendendo a lógica do capital a todas as relações sociais e a todas as esferas da vida” (Dardot; Laval, 2016: 7).

## 2. Educação e neoliberalismo

E neste sentido, é mister entender a diferença entre a economia de mercado e as relações não comerciais. Foucault vai deslocar a questão neoliberal do âmbito econômico para o político.

*“Hoje eu gostaria de falar um pouco sobre o aspecto do neoliberalismo americano, a maneira como (os neoliberais americanos) tentam utilizar a economia de mercado e as análises características da economia de mercado para decifrar as relações não mercantis, para decifrar fenômenos que não são fenômenos estrita e propriamente econômicos, mas são o que se chama, se vocês quiserem, de fenômenos sociais”.*

FOUCAULT, 2008: 329.

Para entender as análises de Foucault, precisamos retroceder à temática do liberalismo alemão em que o mercado era definido como um princípio de regulação econômica indispensável à formação dos preços, o que significa evitar a centralização, favorecer empresas médias, apoiar empresas não proletárias (artesanato, pequeno comércio etc), multiplicar o acesso à propriedade, cuidar dos problemas do meio ambiente.



Para entender o contexto do neoliberalismo nos anos 1970, Foucault recorre à história de dois ramos fundamentais do pensamento neoliberal, a saber a corrente austro-americana, representada por Friedrich A. Hayek e Ludwig von Mises, e a corrente ordoliberal alemã, cujos principais expoentes foram Walter Eucken e Wilhelm Röpke.: 1) o ordoliberalismo alemão da escola de Friburgo, com autores que assumem que a prosperidade do mercado e sua lógica concorrencial garantem a legitimidade do Estado; 2) o neoliberalismo estadunidense da escola de Chicago (por exemplo, a teoria do capital humano), o responsável pela consolidação da lógica de que todos os indivíduos podem ser empreendedores e responsáveis por si mesmos. Laval explica que o refinamento disso é, por um lado, a articulação de uma construção jurídico-política da concorrência e, por outro, uma construção indivíduo- -empresa da autovalorização. Para Laval, é por esse caminho que Foucault explica a coerência política do neoliberalismo.

Desta forma, Dardot e Laval retomam o debate aberto por Michel Foucault nos cursos do Collège de France de 1977-1978 e 1978-1979, expostos respectivamente nos livros Segurança, Território, População e O nascimento da biopolítica, apontando como se forma o neoliberalismo, como nova racionalidade do capitalismo contemporâneo. O ponto de partida da investigação dos autores é a crise do liberalismo, ou crise da governamentalidade liberal, nos termos de Michel Foucault, que dura entre 1880 e 1930.

O objetivo é mostrar que o neoliberalismo não é uma simples continuidade das ideias liberais, mas, antes, marca um rompimento com a versão dogmática do liberalismo, que via no *laissez-faire* uma verdade inalienável. Enquanto o liberalismo clássico passava por uma profunda crise, a Revolução Russa, o avanço do socialismo e a disseminação das ideias de esquerda por toda Europa ameaçavam os liberais, impondo-lhes a necessidade de reformulação teórica do liberalismo. É nessa conjuntura de crise política, econômica e teórica que surge a principal tentativa de refundação do liberalismo: o Colóquio Walter Lippmann, em 1938.

Laval (*ibid*, o. 131) explica ainda que o curso sobre o nascimento da biopolítica é uma parte componente de um fenômeno histórico mais amplo, a saber, a razão liberal. Foucault ataca todo tipo de economicismo em suas análises, presente tanto entre os liberais como entre os marxistas. Com Foucault, o neoliberalismo ganha uma conotação de arte de governar, indo muito além, portanto, de uma transformação ou um desdobramento do capitalismo. Foucault trata da questão neoliberal sob diferentes prismas, ainda que sempre ancorado em um aparelho conceitual estável e coerente, segundo a avaliação de Laval (*ibid*, p 138) Ele explica que, ao longo da obra do *grandprofesseur* sobre o assunto, a questão neoliberal é investigada de maneiras variadas: a) pelos seus efeitos sociais; b) como núcleo cognitivo da ciência econômica mainstream ou nova mentalidade dominante das elites políticas; c) como uma estratégia de ataque, no campo de poder, da mão direita (isto é, oligarquias convertidas aos ideais do capitalismo internacional) à mão esquerda (isto é, todo tipo de serviço público de saúde, educação, justiça).

De forma mais unívoca, a perspectiva foucaultiana vê o neoliberalismo como um modo de governamentalidade. É relevante explicar que as análises de Foucault sobre a governamentalidade se baseiam na investigação da relação estabelecida entre a ideia de meio – derivada, segundo Laval, da noção de milieu de Canguilhem somada à ideia de poder imanente a toda relação humana derivada de Bentham – e o sujeito. O caso do neoliberalismo permitiu a Foucault mostrar o jogo entre a liberdade individual e as condições impostas pelo meio. A



lógica do governo neoliberal seria o panóptico, pela sua capacidade de ser um tipo de poder biopolítico que gerencia os indivíduos à distância, deixando-os livres para escolher em teias de relações concorrenciais. Ademais, para aprimorar sua forma de regulação, a arte neoliberal de governar promove uma transformação do sujeito moderno em *homo economicus*, um tipo de sujeito historicamente situado que Foucault entende como plenamente governável.

Tudo isto vai acabar por instaurar uma nova racionalidade a partir da implantação dos governos neoliberais da década de 1970, especialmente o de Margareth Thatcher, na Inglaterra, e o de Ronald Reagan, nos Estados Unidos. Essa releitura do neoliberalismo a partir das lentes foucaultianas é, por um lado, o reconhecimento que a “*racionalidade neoliberal que realmente se desenvolve nos anos 1980-1990 não é a simples implementação da doutrina elaborada nos anos 1930*”, numa espécie de passagem de “*teoria para a prática*”. Antes, é o resultado de uma “*multiplicidade de processos heterogêneos*” que resultam nisso que os autores denominam de “*nova racionalidade governamental*” (DARDOT, LAVAL: 33-34).

A problemática centralé como a racionalidade neoliberal, baseada na concorrência integral em todos os âmbitos, adquire uma dimensão totalizadora, da qual nada escapa, abarcando desde o Estado até todas as esferas da existência humana. A construção dessa nova racionalidade segue basicamente estes passos:

*“Da construção do mercado à concorrência como norma dessa construção, da concorrência como norma da atividade dos agentes econômicos à concorrência como norma da construção do Estado e de sua ação e, por fim, da concorrência como norma do Estado/empresa à concorrência como norma da conduta do sujeito-empresa”*

*ibid: 379.*

Não há como compreender a razão neoliberal sem analisar primeiramente as mudanças ocorridas na própria concepção de Estado, entre as décadas de 1960 e 1980. O discurso contra o intervencionismo estatal ganhou o centro do debate especialmente após a década de 1970, quando se iniciam os governos neoliberais de Donald Reagan, nos Estados Unidos, e Margareth Thatcher, na Inglaterra. Apesar de haver um forte e contínuo discurso contra o Estado, na realidade, o neoliberalismo nunca vislumbrou o seu fim, mas sua transformação de um Estado interventor para um Estado desenvolvedor de mercados.

Não é apenas o Estado que se adequa a essa nova racionalidade neoliberal, mas toda a sociedade passa a ser concebida como um “mercado”, no qual cada sujeito é uma “empresa” que está em contínua concorrência. Essa nova racionalidade passa a ser a mediadora de todas as relações sociais: “*o homem neoliberal é o homem competitivo, inteiramente imerso na competição mundial*”(ibid: 328)

A competição está presente até na esfera da subjetividade dos indivíduos, pois a própria vida passa a ser vista como uma empresa, ou seja, um capital a ser continuamente valorizado e na qual o indivíduo é empreendedor de si mesmo. Para Dardot e Laval, o neossujeito deve sempre “*naturalizar*” as regras do jogo neoliberal, isto é, se adaptar à nova realidade do Estado-empresarial – na qual previdência, saúde, educação e lazer são produtos que os consumidores



(cidadãos) têm a “*liberdade de escolher*” e adquirir – e conviver com o desemprego permanente, a precarização das relações de produção e das relações sociais de produção.

A naturalização do risco, a responsabilização individual pelas consequências de suas escolhas e a transformação dos indivíduos em sujeitos empreendedores de si, que estão em contínua competição e concorrência com os demais sujeitos empreendedores, são facetas dessa nova razão-mundo. Em contrapartida, essa mesma razão-mundo exige que o sujeito neoliberal se supere continuamente, seja flexível para acompanhar as mudanças impostas pelo mercado, se adapte às contínuas variações da demanda do mercado e assuma sempre os riscos.

Contudo, a impossibilidade de governar um “mundo que se tornou ingovernável, em virtude de seu próprio caráter global”, e a infinita responsabilização dos indivíduos por seu próprio destino, sempre atendendo ao imperativo (inalcançável) de ser “*bem-sucedido e feliz*”, produzem uma sociedade esquizofrênica e doentia.

A crise financeira global não anunciou o fim do neoliberalismo, e, muito pelo contrário, apontou para um neoliberalismo que se tornou hoje a racionalidade dominante, e, por esse motivo, não será a crise que anunciará seu fim, uma vez que essa racionalidade, pois ele:

*“tomou corpo num conjunto de dispositivos discursivos, institucionais, políticos, jurídicos e econômicos que formam uma rede complexa e movediça, sujeita a ajustes em função do surgimento de efeitos não desejados, às vezes contraditórios com o que se buscava inicialmente”*

*ibid: 384.*

A nova razão do mundo é uma tentativa bem-sucedida de mostrar que essa razão neoliberal não se restringe apenas à esfera econômica, mas atravessa e envolve todas as dimensões da vida humana. Tudo isto nos leva a um pessimismo frankfurtiano, no qual não há uma saída viável no horizonte, não temos ainda formas inéditas de subjetivação que possibilitem colocar em xeque o poder da razão neoliberal.

### 3.A escola neoliberal

Afirmar que a escola – especialmente a pública – está em crise é dizer o óbvio, pois, pela própria razão de ser, ela estará sempre em crise, isto é, permanentemente fazendo a autocrítica e desenvolvendo a crítica. Entretanto, o que Christian Laval afirma é que está em andamento um projeto globalizado para anular a ideia republicana de uma escola pública orientada para os interesses da maioria da população.

Ele entende a escola republicana como o lugar que contrabalançava as tendências desagregadoras das sociedades ocidentais marcadas pela intensa profissionalização e pela disputa por interesses particularistas. Tal escola estaria preocupada com a formação do cidadão em todas as suas dimensões e centrada no valor social, cultural e político do saber, sem esquecer o lado profissional. Se a escola republicana põe ênfase na formação do cidadão, a neoliberal se orienta pela satisfação do usuário, cliente, consumidor. Nessa perspectiva, não é a sociedade, por meio do poder público, que deve garantir a todos os seus membros o acesso à educação e



cultura; são os indivíduos que precisam capitalizar recursos privados para sua formação pessoal, habilitando-se a participar do mercado de forma mais qualificada.

Em nome de uma nova reforma da escola – depois de tantas – há um projeto em andamento na Europa, prestes a chegar ao Brasil, que o autodenomina projeto neoliberal da escola. Este cenário é analisado a partir de documentos emitidos por órgãos internacionais como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e a Organização Mundial do Comércio (OMC) e até por uma série de organismos europeus e canadenses.

Numa racionalidade neoliberal, a escola deve estar voltada para a produção de “capital humano” a serviço da empresa, ou o seu envolvimento nesta nova fase do capitalismo mundializado; deve ser focado sob o dogma do mercado, ou como se introduziu a lógica do mercado no campo educacional; por último, trata do poder e gerenciamento na escola neoliberal, ou de como se administra uma escola tal qual uma empresa, com um produto que deve ser competitivo no mercado.

Ao analisar o discurso neoliberal contra a escola pública, é importante notarmos as imagens da criança-rei, da empresa divinizada, do gerenciamento educativo, do estabelecimento descentralizado, do pedagogo não-diretivo, do avaliador científico e da família como consumidora de ensino passam a ter sentido no contexto do ideário que considera a educação um bem essencialmente privado cujo valor é antes de tudo econômico (LAVAL, 2024).

Analisando os conceitos apresentados no parágrafo anterior, vamos desconstruir cada um deles, buscando suas implicações para uma educação “neoliberal”. A criança-rei é vista como sendo o centro de tudo, com seus desejos e necessidades colocados em primeiro lugar sendo muitas vezes sem limites. As Implicações desta forma de se relacionar com as crianças, se por um lado, estimula a autoestima e a autonomia da criança, por outro pode levar a uma educação permissiva, sem limites claros, dificultando a construção de valores e a convivência em sociedade.

No conceito de empresa divinizada, a escola é comparada a uma empresa, com foco em resultados, eficiência e competitividade. O que pode levar a uma visão mercadológica da educação, priorizando a quantidade sobre a qualidade e negligenciando aspectos como a afetividade e a formação integral do aluno.

O gerenciamento educativo é a aplicação de técnicas de gestão empresarial à educação, com o objetivo de otimizar processos e alcançar metas, o que significa que se aplicado de forma excessiva, pode desumanizar a educação, transformando os alunos em números e os professores em meros executores. Enquanto o estabelecimento descentralizado, ou seja, a instituição de ensino com maior autonomia para tomar decisões e adaptar-se às suas particularidades pode gerar desigualdades entre as escolas, dependendo dos recursos e da capacidade de gestão de cada uma.

Dentro da racionalidade neoliberal, a família deve ser vista como consumidora de ensino, ou seja, a família é vista como um cliente que escolhe a escola como um serviço, buscando a



melhor opção para seus filhos, o que significa que famílias com alta renda buscarão os melhores colégios, o que pode privilegiar interesses particulares em detrimento do bem comum.

Enfim, a visão da criança-rei pode ser reforçada pela ideia da família como consumidora de ensino, onde os pais buscam atender a todos os desejos de seus filhos. O gerenciamento educativo e a figura do avaliador científico podem contribuir para uma visão mais empresarial da escola, com foco em resultados e eficiência.

Laval afirma que o novo ideal pedagógico é a formação de trabalhadores autônomos e indivíduos flexíveis, pois é disso que a sociedade globalizada necessita para crescer e progredir. Nesse sentido, as atividades escolares têm um custo e devem apresentar rendimento, porque a escola trabalha com uma mercadoria – a formação – igual às outras e que, de acordo com Claude Allegre, ex-ministro francês, se transformará no “[...] *grande mercado do século XXI*.”<sup>3</sup>

Também é importante notar que os projetos de avaliação constante e aperfeiçoamento contínuo do sistema educacional demonstram que ele deve estar a serviço da competitividade econômica e estruturado como um mercado; para tanto, deve ser gerenciado como uma empresa. Ser contrário a essa tendência pode significar ser acusado de conservador, de trair as inovações que estão sendo trazidas pelo novo sistema. Sistema que está em guerra com a escola pública de caráter republicano. A chamada escola neoliberal é ainda uma tendência com forte possibilidade de se ampliar e mostra o que está ocorrendo em vários países considerados desenvolvidos, apresentando criticamente a maneira pela qual a escola está sendo esboçada nestes países.

Aqui no Brasil essa tendência também está em franco desenvolvimento, seja pela evolução das matrículas em escolas universitárias particulares, seja nos chamados cursos de especialização, ou mesmo na crescente mudança no visual dos edifícios das escolas em todos os seus níveis.

A proposta que se está vendendo como um produto (educação) está diante de nossos olhos. Quem ainda não estiver convencido procure observar com mais vagar a propaganda que as escolas, desde o maternal até a pós-graduação, fazem em todos os meios de comunicação. Assim, teremos a dimensão exata das ideias de Laval que não constituem fantasmagoria, e a realidade cotidiana da educação.

#### 4. A crise da educação em Moçambique

Apesar dos esforços, a qualidade da educação em Moçambique ainda é um desafio. A pressão por resultados e a influência de modelos neoliberais podem, por vezes, comprometer o objetivo primordial da educação, que é o desenvolvimento integral do ser humano. Assim, nas últimas décadas, a educação tem sido considerada um sector crucial para a melhoria da qualidade de

<sup>3</sup> LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa**. O neo-liberalismo em ataque ao ensino público. Trad. Maria Luiza M. de Carvalho e Silva. Londrina: Planta, 2004.



vida das pessoas assim como para o desenvolvimento económico e social sustentável das nações, particularmente nas regiões menos desenvolvidas.

No entanto, o neoliberalismo tem exercido uma influência significativa na educação em Moçambique, tal como em muitos outros países em desenvolvimento. Essa influência se manifesta de diversas maneiras, impactando as políticas educacionais, o currículo, o financiamento e a própria concepção da educação, os principais impactos são:

**Influência de Organismos Internacionais:** Organismos como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial, a UNICEF e a UNESCO, que são importantes financiadores do orçamento do Estado moçambicano, exercem considerável poder na definição das políticas educacionais do país. Essa influência frequentemente alinha as políticas com a agenda neoliberal global.

Parte dos objectivos de Desenvolvimento Sustentável, adoptados pelas Nações Unidas como um programa de ação para todos os países com o objetivo de, em 2030, as nações tenham mais paz e prosperidade, consagram essa prioridade. Os objetivos adoptados reconhecem que os resultados de um afetam os restantes e conseqüentemente o desenvolvimento tem que ser balanceado nos sectores económico, social e de ambiente sustentável. A educação tem um papel primordial, pois o saber fazer, a criatividade e a tecnologia são pilares para o desenvolvimento (PNUD, 2021).

Entre outros, um dos objetivos é que em 2030 todas as raparigas e todos os rapazes terminem a educação primária e secundária de qualidade e sem gastos para as famílias. Outros objetivos salientam a necessidade de se garantir que todas as mulheres e homens tenham acesso a formação técnica e vocacional assim como à educação terciária, incluindo Universidade. Atingir educação inclusiva e de qualidade permite ainda que a mulher tenha um papel mais ativo na sociedade (PNUD, 2021) e é, comprovadamente, um dos veículos mais poderosos para a realização do desenvolvimento sustentável.

Moçambique é um país com cerca de 31 milhões pessoas em 2022 (INE, 2019), com uma elevada taxa de crescimento populacional – a população em 2007 foi de cerca de 20 milhões e em 2017 foi de 27 milhões - um dos mais elevados do mundo.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do país está entre os mais baixos do mundo nos últimos anos, tendo um valor de 0,456 em 2019 (PNUD, 2020), o que deixa o país na 181.<sup>a</sup> posição no ranking do IDH de 189 países.

Em contexto do mundo capitalista marcado pela revolução tecnológica acelerada, em que a força do trabalho é uma mercadoria, cujo preço depende cada vez mais de habilidades adquiridas nos bancos escolares, os trabalhadores encaram a educação como a senha necessária para ingresso e permanência no emprego. A escola continua a ser vista como a porta de entrada para o mundo do trabalho e condição para a sobrevivência.

A educação e trabalho fazem parte da mesma dimensão e podemos inferir como uma dimensão humana, ou seja, essas duas categorias dizem respeito somente ao ser do homem. Segundo Karl Marx (1964), trabalho manual (prática) e trabalho intelectual (teoria) deveriam associar-se, ou



seja, combinação entre o trabalho produtivo e a educação (politécnica) considerando que a primeira finalidade da vida é a manutenção e a reprodução de si mesma. Desse modo, Gramsci (2004) introduz o conceito da escola unitária, que procura salvaguardar a relação entre o trabalho manual e trabalho intelectual. Entretanto, a educação pode ser entendida como processo de formação da personalidade do homem para a vida e trabalho na sociedade, na medida que se torna um suporte na efetivação do homem na intervenção e transformação do mundo.

Assim sendo, há uma necessidade de distinguir educação técnica e tecnicista. Isto é, educação técnica refere-se aos processos de manipulação do mundo material; e a educação tecnicista por sua vez enfatiza a predominância da mecanicidade dos mesmos. Entretanto, educação como a prática técnica é trabalho por seus procedimentos burocráticos e também por sua dinâmica. Errôneo pensar educação distinto do trabalho, pois, a educação aumenta a produtividade e produz o conhecimento técnico exigido pelo acelerado crescimento econômico no mundo de trabalho.

No entanto, esta ênfase na formação numa perspectiva tecnicista, visando principalmente a formação de indivíduos capacitados para atender às demandas do mercado de trabalho. Essa abordagem reflete a lógica neoliberal de preparar a mão de obra para a produção e a competitividade econômica. Estas reformas curriculares influenciadas pela agenda neoliberal podem não atender plenamente à realidade contextual e às necessidades específicas do país.

Portanto, na concepção da educação prática, a escola procura valorizar as ações didáticas e a mesma tem maior probabilidade de proporcionar ao educando apropriados métodos para o aprendizado e, aos professores, a possibilidade do desenvolvimento das competências necessárias para implementar as ações requeridas. Na mesma ordem de ideia, Gramsci (2004) salienta que devemos conceber o trabalho como um princípio educativo.

Assim o Ensino Técnico Profissional tem como missão garantir aos cidadãos o acesso a uma formação científico-técnica altamente qualificada, para responder às necessidades do desenvolvimento econômico e social. Diz também que esse ensino técnico tem como visão a transformação num subsistema mais flexível, articulado, inovador, dinâmico, autônomo e sustentável, reconhecido, valorizado, compartilhado por todos os parceiros sociais, com capacidade de adaptação e com respostas às mudanças, acessível a todos, com oferta de programas de formação flexíveis, que promovam competências profissionais, relevantes, que preparem os indivíduos para o mundo de mercado e para a vida, que contribua para o Desenvolvimento dos Recursos Humanos de Moçambique e com um sistema de Avaliação e Certificação.

O Ensino Técnico-Profissional estrutura-se neste momento em dois níveis: o nível básico e o nível médio, ambos com a duração de três anos, e é organizado por ramos: comercial, industrial e agrícola. O critério mínimo de ingresso é a conclusão da 7ª classe para o nível básico, e, para o nível médio, a conclusão da 10ª classe do Ensino Secundário Geral ou do 3º ano do nível básico do Ensino Técnico-Profissional. Este nível de educação não é gratuito, havendo cobrança de propinas. O Ensino Técnico-Profissional está numa fase de reforma, com enfoque na introdução de um sistema educativo modular, seja ao nível básico, seja ao nível médio, que



vai resultar em diferentes tipos de certificados (PLANO ESTRATÉGICO DA EDUCAÇÃO, 2012-2016: 14).

Observa-se uma crescente privatização do ensino em Moçambique, o que pode levar à inferiorização da escola pública, que muitas vezes enfrenta falta de recursos e infraestrutura inadequada. As políticas neoliberais frequentemente promovem a descentralização da gestão educacional, transferindo responsabilidades para as escolas e comunidades locais. Embora possa haver benefícios, em contextos de desigualdade, isso pode exacerbar as disparidades existentes.

No contexto moçambicano, a relação da educação e mundo de trabalho é marcada por um certo desnivelamento, ou seja, *“nota-se um desfaseamento entre as mudanças que ocorrem no mundo do trabalho e o perfil do trabalhador ingresso nas Instituições da educação moçambicana”*(GONÇALVES, 2015: 8). E, segundo o mesmo autor, um dos problemas desse desnivelamento entre educação e mundo de trabalho, no sistema educacional moçambicano, é a falta de escolas técnicas vocacionais e profissionais de educação terciária, o que se traduz no pouco número de trabalhadores com uma qualificação profissional que esteja em consonância com as mudanças no mundo do trabalho exigidas pelos empregadores.

O ensino técnico-profissional contribui para o aumento da produtividade e da qualidade da produção nas empresas, tornando-se, por isso, em fatores dinamizadores do desenvolvimento económico do país em geral o Governo considera o ensino técnico-profissional como uma das grandes prioridades de intervenção, pois investir neste subsistema de educação é criar condições para os moçambicanos adquirirem habilidades e competências que lhes permitam participar na produção efetiva e na promoção do auto-emprego, bem como na abertura para o empreendedorismo.

Podemos inferir que a educação tem sido, para as sociedades, um meio pelo qual se transmitem e se conservam os aspectos culturais de um povo de geração em geração, e também de transmissão de conhecimento científico. Nesse sentido, a educação é um eterno processo de aperfeiçoamento, amadurecimento, refinamento das culturas humanas e da ciência. A realidade moçambicana, hoje, chama-nos a refletir sobre a necessidade de uma educação que possa responder às nossas inquietações, pensando sobre a questão de como a escola pode contribuir para a formação de seus membros em nossa sociedade contemporânea. O rumo da educação moçambicana aos nossos dias tende a caminhar num paradigma centralizado no saber fazer, ou seja, ensino técnico profissional.

Entretanto, o Ensino Técnico em Moçambique desempenha um papel preponderante, isto quer em termos socioeconômicos, quer em termos históricos e sendo também muito relevante na promoção social do trabalho. Os cursos profissionais tendem a corresponder à opção capaz de minimizar as críticas vindas do Ensino Geral, no campo da empregabilidade.

As aplicações desses conhecimentos na vida prática do estudante do Ensino Técnico Profissional só serão possíveis se existirem melhores condições de trabalho, nomeadamente: o foco prático do ensino e a sua conexão ao mundo do trabalho; melhoramento de infraestruturas e a existência de um quadro de pessoal docente qualificado, pois, muitos dos professores que lecionam neste subsistema ensino desconhecem os princípios psicopedagógicos que estão



subjacentes à organização e ao funcionamento da estrutura curricular por módulos para o desenvolvimento de competências nos cursos profissionais.

### **5. Cortes drásticos e falta de reajustes ameaçam qualidade do ensino em 2025 no Rio Grande do Sul**

De acordo com o levantamento, o reajuste nas despesas com a educação em 2025 (+3%) não alcança sequer a inflação projetada para o período (3,97%). Na comparação entre 2024 e 2025, percebe-se uma migração de despesas com pessoal para despesas correntes e não há previsão de reajustes para a categoria, mesmo com a Lei do Piso Nacional do Magistério ou ainda com as alterações nas tabelas salariais das(os) servidoras(es), introduzidas pela Lei 16.165/2024.

Partindo dos números disponibilizados pelo próprio governo do Estado, podemos comprovar o que o CPERS vem advertindo quase que diariamente: as prioridades do governo Eduardo Leite (PSDB) e da secretária da Educação, Raquel Teixeira, para a educação pública estadual, não correspondem à realidade do chão das escolas.

A redução orçamentária em setores cruciais como Alimentação Escolar (-71), Manutenção das Escolas (-5) e Aperfeiçoamento de Educadoras(es) (-29%) sugere uma política educacional que carece de coerência e sensibilidade com as necessidades básicas do sistema.

Um dos aumentos mais expressivos ocorre no setor de Avaliação, com um salto de 367% no orçamento destinado ao Sistema de Avaliação Educacional do Rio Grande do Sul (SAERS) e outras ações de recuperação de aprendizagem. Embora esse crescimento possa indicar uma maior preocupação com a mensuração do desempenho escolar, é necessário ponderar até que ponto a ênfase em avaliações promove a real qualidade da educação, sobretudo em um cenário em que os recursos destinados à infraestrutura e bem-estar das(os) estudantes e trabalhadoras(es) estão em declínio

. Outro ponto que desperta preocupações é o aumento de 356% no orçamento para Remuneração de Não Servidoras(es), que inclui gastos com agentes políticos, cargos comissionados e terceirizações. Esse dado sugere uma priorização de políticas de contratação temporária e consultorias externas, em detrimento de investimentos mais duradouros e estruturantes no quadro permanente de servidoras(es). Tal movimento pode refletir uma tendência de precarização do serviço público e fragilidade no planejamento de longo prazo

A privatização também ganhou destaque na previsão orçamentária para o próximo ano. Ações educacionais ou não, desenvolvidas por meio de parcerias, incluindo a tutoria pedagógica terão um aumento de 47%, passando de R\$ 57,54 milhões para R\$ 84,51 milhões, representando um acréscimo de R\$ 26,97 milhões, o que sugere o avanço continuado de iniciativas de privatização.

Essa é uma amostra do que está por vir com a concessão da gestão de escolas estaduais para a iniciativa privada, projeto em curso por vontade do governador Eduardo Leite (PSDB).



## Conclusão

É importante notar que o debate sobre o impacto do neoliberalismo na educação é complexo e multifacetado. Enquanto alguns argumentam que certas políticas podem trazer eficiência e inovação, outros apontam para o risco de mercantilização da educação e o aprofundamento das desigualdades sociais. Mas, um fato incontestável é que tanto no Brasil como em Moçambique, a busca por um sistema educacional que promova o desenvolvimento integral e equitativo continua sendo um desafio crucial no contexto das influências neoliberais. Assim, acreditamos que num regime neoliberal o impacto nas políticas educacionais é esvaziar a escola “republicana” e, em seu lugar, inserir a lógica empresarial calcada na competição e na geração de lucros, apartada de preocupações sociais, contando com noções transferidas da atmosfera empresarial para a vida política e social. A busca incessante do mundo corporativo por aquilo que julga como “bons resultados” foi capaz de transmutar a identidade e as pautas de muitos movimentos ambientalistas através do acionamento de tecnologias sociais de cooptação de lideranças, lobby político pela flexibilização de leis (ambientais, fiscais, trabalhistas etc.) e tentativas de impedimento à participação cidadã nos processos decisórios, persuadindo a opinião pública em favor de uma falsa inevitabilidade de danos ambientais e necessidade dos investimentos empresariais.

As corporações foram os grandes atores sociais consagrados pelo neoliberalismo, tendo seu poder de movimentação de capitais e de penetração territorial potencializados, o que implica também no poder mais alargado para ditar as regras.

Por utilitarismo, entende-se que é uma lógica que concebe a educação como um mero recipiente de oportunidades, vazio de um conteúdo sociocultural, mensurável, rentável, que se preocupa com os meios técnico-científicos pelos quais seus processos educacionais serão explorados, e considera a educação como único, ou seja, capaz de atingir todas as frações da sociedade de maneira equânime para a formação de mão de obra necessária. A ideia – exitosa – destes atores sociais era antecipar-se aos conflitos, produzindo consenso e absorvendo os movimentos contestatórios ao circuito hegemônico de desenvolvimento através de sua cooptação.

## Referências bibliográficas

Azevedo, J., & Abreu, J. M. (2007). Ensino profissional em África: Falácia ou oportunidade? O caso das escolas profissionais em Moçambique. *Revista Portuguesa de Investigação Educacional*, 5, 5–42.

Dardot, P., & Laval, C. (2016). *A nova razão do mundo: Ensaio sobre a sociedade neoliberal* (p. 7). Editora Boitempo.

Foucault, M. (2008). *O nascimento da biopolítica*. Martins Fontes.



Gonçalves, A. P. (2015). *O papel da educação superior no desenvolvimento socioeconômico e cultural de Moçambique*. ISTAC.

Gramsci, A. (2004). *Cadernos do cárcere. Vol. 2: Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo* (C. N. Coutinho, Trad.). Civilização Brasileira.

Laval, C. (2004). *A escola não é uma empresa: O neoliberalismo em ataque ao ensino público* (M. L. M. de Carvalho e Silva, Trad.). Planta.

Laval, C. (2018). *Foucault, Bourdieu et la question néolibérale*. La Découverte.

Macamo, M. E. (2015). *Insucesso escolar em Moçambique: Escola Secundária Graça Machel* [Dissertação de mestrado, Universidade Aberta]. Departamento de Educação e Ensino a Distância, Universidade Aberta.

Marx, K. (1964). *Manuscritos econômico-filosóficos*. Edições 70.

Ministério de Educação. (2007). *Plano Curricular do Ensino Secundário Geral (PCESG): Objectivos, políticas, estrutura, plano de estudos e estratégia de implementação*. Moçambique.



**Luiz Roberto Zanotti**  
[luizzanotti2@gmail.com](mailto:luizzanotti2@gmail.com)

O currículo deste autor se encontra no rodapé da primeira página de seu artigo no dossier



**Neonildo Artur dos Santos Pente**

[neo.pente@gmail.com](mailto:neo.pente@gmail.com)

O currículo deste autor se encontra no rodapé da primeira página de seu artigo no dossier.